



Dissonância

revista de teoria crítica

ISSN: 2594-5025

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Estadual de Campinas

www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica

Título	Entre Marx e Bourdieu. Diferença e desigualdade na sociologia de Georg Simmel
Autor/a	Lionel Lewkow
Tradutor/a	<i>Nicholas D. B. Rauschenberg</i>
Fonte	<i>Dissonância: Revista de Teoria Crítica</i> , v.2 n.2, Dossiê Marx & Simmel, 2º semestre de 2018, pp. 56-95
Link	https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica/workflow/index/4313

Formato de citação sugerido:

LEWKOW, Lionel. “Entre Marx e Bourdieu. Diferença e desigualdade na sociologia de Georg Simmel”. Trad. Nicholas D. B. Rauschenberg *Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, v.2 n.2, 2º semestre de 2018, pp. 56-95.

ENTRE MARX E BOURDIEU

Diferenciação e desigualdade na sociologia de Georg Simmel

Lionel Lewkow¹

RESUMO

A partir de uma revisão minuciosa do trabalho de Georg Simmel, pretendo adentrar no debate que surgiu na sociologia alemã sobre o suposto descompasso de duas linhas de pesquisa: a teoria da diferenciação e a da desigualdade. Examinando duas modalidades de diferenciação nos textos de Simmel – a diferenciação de papéis e a autonomização da economia monetária –, serão mostrados em quais pontos se conectam e onde se separam os polos de diferenciação-desigualdade. Nossa hipótese é que há em Simmel uma interpretação do problema da estratificação social em uma chave cultural. Neste sentido, procuramos abordar algumas possíveis afinidades da perspectiva do sociólogo berlinense com as teorias da estratificação de Karl Marx e Pierre Bourdieu. Tentaremos, então, considerar como o conceito de classe social, convertido por Marx numa ferramenta de análise sociológica inescapável até o presente, seguiu sua trajetória na abordagem da estratificação que pode ser reconstruída a partir da obra de Simmel.

¹ Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Sociales, Carrera de Sociología, Buenos Aires, Argentina; Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Sociales, Instituto de Investigaciones Gino Germani, Buenos Aires, Argentina. E-mail de contato: llewkow@yahoo.com.ar.

PALAVRAS-CHAVE

G. Simmel, Diferenciação, Desigualdade, Estratificação social, K. Marx, P. Bourdieu

BETWEEN MARX AND BOURDIEU

Differentiation and Inequality in Georg Simmel's Sociology

ABSTRACT

After thoroughly reviewing Georg Simmel's work, we aim to take part in a discussion that aroused within German sociology about the alleged disagreement between two research lines: the differentiation theory and the one on inequality. Through the examination of two forms of differentiation that are present in Simmel's texts — that is, the role differentiation and the autonomization of monetary economy — we will show in which points the poles differentiation-inequality are connected and where are separated. The hypothesis that will guide us is that an interpretation of social stratification in a cultural key can be found in Simmel. In this sense, we try to address some possible affinities of the perspective of the sociologist from Berlin with the stratification theories of Karl Marx and Pierre Bourdieu. Then we will try to consider how the concept of social class, converted by Marx into an inescapable tool of sociological analysis, has followed its trajectory in the stratification approach that can be reconstructed from Simmel's work.

KEYWORDS

G. Simmel, Differentiation, Inequality, Social stratification, K. Marx, P. Bourdieu

Introdução

[O]s pescadores e também as famílias pequeno-burguesas, invisíveis na sombra, se apertavam contra o vidro para perceber, lentamente balanceada em ondas de ouro, a vida luxuosa daquelas pessoas, tão extraordinária para os pobres como a vida dos peixes ou dos moluscos estranhos (é um grande interrogante social saber se a parede de vidro protegerá sempre o festim das bestas maravilhosas e se as pessoas escuras que observam avidamente na noite não virão um dia a recolhê-los em seu aquário para comê-los).

—Marcel Proust, Em busca do tempo perdido II: À sombra das raparigas em flor

A tradição sociológica costuma ser interpretada e ensinada a partir de um conjunto de polaridades. Ação-estrutura, micro-macro, subjetivo-objetivo podem ser consideradas como as mais célebres. A esta tendência dualista não escaparam as discussões sobre a teoria da diferenciação, um fio condutor da teoria sociológica que atravessa as obras de Herbert Spencer (1898 [1876]), Georg Simmel (1989a [1890], 1989b [1900]), Émile Durkheim (1995 [1893]), Talcott Parsons (1976 [1951]), Norbert Elias (1977) e Niklas Luhmann (1997). No entanto, é a partir da perspectiva da “diferenciação funcional” que propôs este último – e como complemento sua crítica ao conceito de classe social –, que surgiu no âmbito da sociologia alemã a discussão a respeito de um

novo dualismo que se somaria ao inventário, a saber: diferenciação-desigualdade.

Neste sentido, Hartmann Tyrell (1978) afirma que, na medida em que a estratificação perde relevância como critério explicativo da modernidade, na *Systemtheorie* de Luhmann – mas também na perspectiva de Parsons, seu professor em Harvard – os limites entre estratos se tornariam difusos, individualizando-se assim a atribuição de *status*. Como consequência, já não se poderiam estabelecer delimitações claras entre agrupamentos hierárquicos, o que tornaria impossível definir quais e quantos estratos compõem a sociedade. Em consonância com isso, Thomas Schwinn (2007: 11) alude ao contraste entre desigualdade e diferenciação como a disputa das “duas sociologias”:

Se se contemplam as teorias clássicas e as atuais sob este aspecto, então há dois conceitos teóricos que se oferecem para uma possível análise geral das sociedades modernas: a diferenciação dos homens de acordo com critérios de desigualdade social ou a diferenciação de ordens ou sistemas parciais de acordo com determinados critérios diretrizes (Schwinn 2007: 6, trad. minha).

Finalmente, Uwe Schimank (1996) é também da opinião de que a teoria da desigualdade, representada principalmente pela análise marxista das classes sociais, e a teoria da diferenciação, seja como diferenciação de papéis ou autonomização das esferas sociais, são perspectivas opostas no momento de apontar as características estruturais da sociedade moderna.

Este artigo não procura levantar a bandeira triunfante dos dualismos superados. Também não há tentativa de criar categorias *ad hoc* que achatem a tensão entre os dois polos, a desigual-

dade e a diferenciação, conciliando-os. O que se pretende aqui é muito mais modesto. A partir da leitura cuidadosa do trabalho de Simmel, tentaremos mostrar em quais pontos o tema da diferenciação e da desigualdade convergem e onde eles se desencontram. Desse modo, um duplo risco será evitado: a aceitação ingênua das polaridades sociológicas, por um lado, e a eliminação dos atritos teóricos por meio de uma *Aufhebung* de estilo hegeliano, por outro. Dada esta estratégia, tentaremos, então, considerar como o conceito de classe social, convertido por Karl Marx numa ferramenta de análise sociológica inescapável até o presente, seguiu sua trajetória na abordagem de estratificação que pode ser reconstruída a partir da obra de Simmel. De fato, mesmo quando a recepção de Simmel sobre o pensamento de Marx foi analisada em termos de método, antropologia filosófica, teoria do valor, consequências sociais do dinheiro, mudança social e conflito cultural (Fitzi 2003, Milà 2005), não se interpretou como sua recepção do materialismo histórico se manifesta na problemática das classificações sociais. Em parte, estas páginas serão dedicadas a restaurar esse perturbador vácuo exegetico, para o que serão mostradas certas arestas do tandem Simmel-Marx.

No entanto, a hipótese que guiará essas reflexões é que a nota particular da perspectiva simmeliana consiste em focar a estratificação a partir de uma visão cultural. Nesse sentido, destaca-se que Simmel antecipa elementos nodais do programa de pesquisa de Pierre Bourdieu: primeiro, ao comparar dinheiro e cultura, ele oferece intuições próximas à noção de “capital cultural”; segundo, da mesma forma que o sociólogo francês, Simmel

considera que a estrutura social pode ser lida a partir dos consumos culturais.

Tanto no contraste com Marx quanto na comparação com Bourdieu, o objetivo não será propor novas interpretações sobre esses pensadores, mas, antes, mostrar em que coordenadas Simmel se situa diante de duas das mais influentes teorias sobre desigualdade social.

Para desenvolver essa abordagem, começarei examinando o tratamento de Simmel em torno da diferenciação dos papéis que os indivíduos ocupam nos inúmeros grupos dos quais são membros. Neste contexto, mostraremos uma série de tensões entre diferenciação e desigualdade, e como Marx e Simmel coincidem e se distanciam em suas respectivas abordagens do grande contraste social da modernidade capitalista entre a burguesia e o proletariado. A seguir, discutirei outra linha de trabalho da obra de Simmel, especificamente: a diferenciação das áreas mais relevantes da vida social – ciência, intimidade, arte, etc. –, tomando como exemplo a esfera econômica. Também neste ponto há uma divergência entre os problemas de desigualdade e os de diferenciação, mas há, ao mesmo tempo, contribuições significativas de Simmel para a análise da estratificação em chave cultural e, com isso, pontos de contato com a abordagem de Bourdieu. Fecho este texto compendiando os vínculos da desigualdade – entendida como assimetria entre os estratos, mas também entre os indivíduos – com a diferenciação dos membros sociais e a autonomia da esfera econômica.

1. Diferenciação de papéis

O problema da diferenciação é um dos pilares do programa sociológico que Simmel nos deixou. Com efeito, ele consagra sua *opera prima*, *Über soziale Differenzierung* (Simmel 1989a [1890]),² a essa área de reflexão. Como Durkheim (1995 [1893]: 55) apontou em *De la division du travail social*, apenas três anos depois do texto de Simmel, o que interessa ao seu contemporâneo berlinense neste escrito é o “*processus* de individuação”.

Um dos modos em que Simmel aborda esta problemática tem a ver com a multiplicação de papéis que o homem desempenha na sua vida social. Para mencionar uma terminologia atual, esta tese formulada no capítulo IV de *Über soziale Differenzierung*, com o título “O entrecruzamento dos círculos sociais” — logo retomado e ampliado como capítulo VI da *Soziologie* de Simmel —, oferece uma teoria da diferenciação de papéis (Kron 2014: 111, Junge 2009: 20, Schimank 1996: 11). Era até então inédito que uma mesma pessoa tivesse que se esforçar para conciliar práticas como contribuinte, trabalhador, pai de família, eleitor político, público de arte, etc.; ou seja, práticas que, em certa medida, não se coordenam entre si e vão se acumulando na biografia de cada indivíduo de modo contingente.

Nesse sentido, o que acontece com a polaridade diferenciação-desigualdade diante de um diagnóstico deste tipo? Como as hierarquias sociais são reconfiguradas a partir da diferenciação de papéis? No que segue, iremos nos concentrar nessas questões.

² Cito este texto de acordo com a ortografia alemã da época em que o livro foi escrito e conservada na edição da Suhrkamp. Assim, empregar-se-á aqui o termo *social* em lugar do atual *sozial*.

1.1. O entrecruzamento dos círculos e seus efeitos sobre as assimetrias sociais

De acordo com Patrick Watier,

[O] entrelaçamento de círculos sociais refere-se a um esquema de evolução das sociedades, ao mesmo tempo em que apresenta de forma particularmente clara as novas relações que se estabelecem entre círculos sociais e indivíduos: estes estão no ponto de intersecção de todos os círculos que os constituem (2003: 78).

Deste modo, o “entrecruzamento” (*Kreuzung*) mencionado por Simmel refere-se, por um lado, aos grupos sociais modernos e, por outro, aos indivíduos que neles participam. Assim, o termo admite duas acepções:

a) Em primeiro lugar, como já antecipado, alude à pluralidade de papéis assumidos pelo mesmo indivíduo na vida social, uma pluralidade que, ademais, não é prefixada com o nascimento, como aconteceu na Idade Média, mas é o resultado da livre escolha. Nesse sentido, a combinação de associações de cada indivíduo compõe um “sistema de coordenadas” que, aumentando o número de grupos de pertencimento, dificilmente se repete em outro. Dessa perspectiva, a individualidade é algo puramente relacional. Consiste numa gama de papéis mais ou menos independentes. Pode-se dizer que o “DNA sociológico” de cada um se compõe de uma intersecção de associações grupais, única em cada caso, cuja acumulação é o produto de trajetórias mais ou menos aleatórias.

b) Em segundo lugar, o “entrecruzamento” tem a ver com a constituição dos grupos sociais na modernidade. Os novos cír-

culos incluem elementos homogêneos que procedem de círculos heterogêneos. Assim, lê-se em Simmel que

[A] família abarca um número de individualidades diversas que, a princípio, dependem deste laço de modo estreito. No entanto, a evolução progressiva implica que cada indivíduo que a compõe construa um laço com pessoas que estão fora do vínculo associativo original e, ao invés disso, possuem uma relação com o indivíduo através da igualdade objetiva das disposições, inclinações, atividades, etc. (Simmel 1989a [1890]: 237-238, trad. minha).

Estes grupos atravessam — esta é a outra conotação do “entrecruzamento” — as formas de agrupação mais naturais e antigas que os antecedem.

Agora, como os significados do termo afetam a questão da estratificação?

Em relação a (a), observa-se que este processo deságua numa pluralização das hierarquias. Característico das associações sociais múltiplas é que o pertencimento a um grupo seja independente, num amplo grau, das outras inscrições sociais do indivíduo. A esse respeito, Simmel (1989a [1890]: 242, trad. minha) afirma que todo grupo apresenta “diferenças entre o alto e o baixo, que não se correspondem de modo algum com o alto e o baixo dentro de outros círculos”. A desigualdade, por tanto, não poderia ser entendida em termos de grupos de *status*, já que cada indivíduo apresenta uma combinação singular de posicionamentos nas infinitas hierarquias sociais.

Em relação a (b), os novos círculos dissolvem as assimetrias sociais herdadas. Um exemplo que menciona Simmel (1989a

[1890]: 238, trad. minha) é o “ideal do humanismo”: “O interesse humanista penetrou na separação medieval dos círculos e estamentos, oferecendo a pessoas das mais diversas procedências sociais [...] uma participação comum [...] em pensamentos e conhecimentos”.

Em suma, a modernidade, por um lado, borrou as margens das antigas classificações sociais e, por outro lado, foi o solo nutritivo para uma miríade de desigualdades individuais.

O interessante é que, a contrapelo do que foi recentemente apontado, em diferentes passagens da análise simmeliana de “entrecruzamento” menciona-se a participação de indivíduos em agrupamentos de *status*. Para tais propósitos, Simmel (1989a [1890]: 240-241) usa os termos “estamento social” (*socialer Stand*) ou “posição social” (*soziale Stellung*), e também, eventualmente, “classe” (*Klasse*). Nesse sentido, ele alude, por exemplo, ao “estamento dos trabalhadores” (*Arbeiterstand*) (Simmel, 1989a [1890]: 230), ao “estamento dos comerciantes” (*Kaufmannsstand*) (Simmel 1989a: 243) e ao “estamento dos padres” (*Priesterstand*) (Simmel 1989a [1890]: 273), etc. No entanto, não encontramos aqui um uso técnico dos termos *Stand* — mais habitual na bibliografia sobre a desigualdade para se referir à Idade Média — *Stellung* e *Klasse*, os quais são usados por Simmel de modo intercambiável e sem defini-los explicitamente.

De outro lado, o “entrecruzamento” de círculos implica que o peso do pertencimento a um “estamento social” se dilui ao ser considerado como uma entre outras tantas possibilidades de associação. A esse respeito, vale a pena citar Simmel *in extenso*:

Se o homem moderno pertence, num primeiro momento, à família paterna, logo ele pertencerá àquela que ele mesmo funda e, deste modo, também à de sua esposa e, ao fim e ao cabo, à sua profissão, que por si, com frequência, integrá-lo-á a múltiplos círculos de interesses (por exemplo, em toda profissão que tem pessoas em posições de direção e subordinação, cada um está no círculo de seu negócio, departamento, escritório especial, etc., que inclui superiores e inferiores, e, além disso, no círculo que se forma entre aqueles que ocupam uma mesma posição nos diversos negócios, etc.). Assim, embora tenha consciência de pertencer a um Estado e a um determinado estamento social, é também um oficial de reserva, pertence a um par de associações e participa de laços sociáveis que atravessam os mais diversos círculos (Simmel 1989a [1890]: 239-240, trad. e sublinhado meus).

Claramente, neste catálogo de associações, o “status social” não tem mais importância do que qualquer outro grupo ao qual o indivíduo pertence. A isto se soma um momento da análise que mostra com contundência a cisão entre desigualdade e diferenciação.

Assim, Simmel distingue os grupos que se organizam de forma paralela e os que se articulam de forma concêntrica. Típico da modernidade é o primeiro caso. Os grupos de pertencimento são contíguos, em outras palavras, autônomos em amplo grau, e é a síntese aleatória de associações que dá lugar ao “sistema de coordenadas” a partir do qual a individualidade emerge. Portanto, a diferenciação segue uma dinâmica de contenção, isto é, desenha limites entre círculos de pertencimento. A organização concêntrica dos grupos revela, pelo contrário, uma dinâmica de expansão, característica da estratificação, mas também da

nacionalidade e da profissão (Simmel 1989a [1890]: 241). Em todos esses agrupamentos, a inscrição no pequeno círculo define pertencer ao mais extenso: se nasci em Madri, faço parte do maior grupo de meus concidadãos espanhóis; se eu fiz doutorado em sociologia na Universidade de Freiburg, no entanto, minha pesquisa incorpora e discute o mais avançado da disciplina em nível internacional; enfim, e é isso que nos interessa aqui, se eu trabalhar em uma fábrica de montagem de produtos da Apple na China, ou ainda como um estivador no porto de Buenos Aires, dito de forma simmeliana, faço parte do “estamento dos trabalhadores”.

O contraste entre uma dinâmica de contenção e outra expansiva evidencia a cisão entre diferenciação e estratificação, que é reforçada se considerarmos que a articulação concêntrica de grupos de status provoca um curto-circuito no livre jogo de associações sociais e dificulta o processo de individuação, isto é, o principal *output* da diferenciação de papéis. Daí a impressão de que agrupamentos de status só podem ter um lugar parasitário em uma análise da modernidade que, como a de Simmel, aposta fortemente na noção de indivíduo.

Até este ponto, então, pontos específicos foram mostrados em que a linha de investigação da diferenciação se desencontra com a da desigualdade. De uma forma sucinta:

1) Na modernidade, a estratificação medieval se dissolve em novos círculos que transcendem as assimetrias herdadas.

2) A diferenciação de papéis pluraliza as hierarquias, individualizando a atribuição de status.

3) Simmel utiliza termos como *Stellung*, *Stand* e *Klasse*, que não define nem diferencia de modo técnico.

4) O pertencimento a “estamentos sociais” não tem mais peso do que qualquer outro tipo de associação de indivíduos.

5) Finalmente, se a estrutura social é descrita do ponto de vista da diferenciação, são detectados limites entre agrupamentos relativamente autônomos (dinâmica de contenção), ao passo que, do ponto de vista da estratificação, borram-se as fronteiras entre grupos pequenos e grandes (dinâmica de expansão).

Neste ponto, nos perguntamos com alguma perplexidade: existe em Simmel uma análise das hierarquias entre agrupamentos de *status*? Nesse caso, como isso está ligado à sua teoria da diferenciação? Por outro lado, que relação isso teria com a perspectiva marxista das classes sociais? Finalmente, qual é a sua originalidade?

1.2. *Simmel e Marx comparados: burguesia e proletariado*

Em seus desenvolvimentos sobre o “entrecruzamento” – de forma mais extensa em *Soziologie* do que em *Über soziale Differenzierung* –, Simmel refere-se ao surgimento dos “conceitos gerais” (*Allgemeinbegriffe*) de trabalhador e empresário, além dos vários ramos específicos da economia. Embora não use a noção de classe social e seja forçado atribuir essa categoria analítica a Simmel, sua abordagem da estratificação retoma a posição de

Marx, embora nesse ponto não encontremos referências explícitas ao autor de *Das Kapital*.³

Nesse campo, a formação dos círculos sociais segue o mesmo padrão de todos os agrupamentos modernos: a inclusão de elementos homogêneos provenientes de círculos heterogêneos. Segundo Simmel (1992 [1908]: 493, trad. minha), “depois que a diferenciação do trabalho configurou seus vários ramos, a consciência abstrata, novamente, traça uma linha que os cruza e une o comum neles num novo círculo social”, isto é, o círculo de trabalhadores, de um lado, e o de empresários, de outro.

Está presente aqui a segunda conotação do “entrecruzamento” que distinguimos acima: os novos círculos atravessam grupos que os antecedem. Nesse ponto, a questão da diferenciação converge com a da desigualdade: a formação de coletivos que se cristalizam em torno dos “conceitos gerais” de trabalhador e empresário responde a um processo de constituição análogo ao de todos os círculos que estão na base da diferenciação de papéis.

Indo agora para o tandem Simmel-Marx, uma semelhança óbvia entre ambos é que, em sua análise da estratificação, o primeiro replica o modelo de duas classes que o segundo desenvolve.

³ Uma pergunta que poderíamos fazer é o que Simmel leu de Marx. É claro que textos fundamentais como *Die deutsche Ideologie* ou *Manuskripte* não estavam disponíveis, uma vez que foram publicados após sua morte. Como assinala Cantó Milà (2005: 80), só sabemos com certeza, a partir dos profusos comentários que aparecem em *Philosophie des Geldes*, que Simmel conhecia o terceiro volume de *Das Kapital*. De qualquer forma, a reflexão que Marx dedica ao tema das classes sociais no último capítulo de seu *opus magnum* permanece inacabada, por isso não é provável que esta tenha sido a fonte do diálogo de Simmel com o marxismo em torno deste tópico.

É verdade que Marx frequentemente menciona outras classes e categorias sociais – por exemplo, a pequena burguesia, os latifundiários, o lumpemproletariado etc. – junto com os burgueses e proletários, de acordo com o grau de concretização adquirido por suas análises; mesmo assim, considera que, tendencialmente, a estrutura social do capitalismo acaba sendo simplificada e reduzida ao contraste entre esses dois grandes agrupamentos.⁴ Por sua parte, Simmel (1992 [1908]: 554) refere-se a outros estratos, por exemplo, a “classe dos pobres” (*Klasse der Armen*), que distingue da dos simples proletários pelo fato de receberem algum tipo de ajuda social. No entanto, pelo menos na análise do “entrecruzamento”, trata-se somente dos trabalhadores e dos empresários. Tanto em Simmel quanto em Marx, a existência de um coletivo é uma condição para a existência do outro. Ambos também definem como conflitivo o vínculo entre esses grupos assimétricos. Em consonância com isso, Simmel (1992 [1908]: 495-496) considera que “o conceito geral do empresário deve surgir como um correlato do conceito de trabalhador” e “de acordo com sua essência lógica [empresários e trabalhadores] são determinados pela oposição”.

Outro elemento de confluência entre Simmel e Marx refere-se às condições para o surgimento desses grupos: o ponto

⁴ Como observam Duek e Inda (2017: 159-162), vale distinguir três níveis analíticos na perspectiva de Marx: primeiro, o nível mais abstrato de interpretação de um “modo de produção” – por exemplo, feudal ou capitalista –, onde apenas duas classes aparecem; segundo, um nível mais concreto, como a compreensão de uma “formação social”, caracterizada pela combinação de vários “modos de produção”, onde, é claro, Marx se refere a mais de duas classes, mas, dado o predomínio de um “modo de produção”, existem duas classes fundamentais que dão o tom à “formação social”; finalmente, a análise da “conjuntura”, ou seja, o presente da luta política em uma “formação social”, onde, de fato, atuam múltiplas classes e frações de classe.

de partida é a posição ocupada na estrutura econômica. A propósito, Simmel afirma que

Independentemente de o indivíduo estar envolvido na fabricação de armas ou brinquedos, o fato formal de que ele trabalha por um salário o une com aqueles que estão na mesma situação; a relação equivalente com o capital constitui, de certo modo, o expoente que permite enfatizar a homogeneidade em atividades tão diversas e produz a unificação de todos os que delas participam (Simmel 1992 [1908]: 493, trad. minha).

E, a esse respeito, Simmel lista detalhadamente os fatores que levam à constituição de um círculo social que liga todos os trabalhadores:

É requerida a expansão da indústria, que põs centenas ou milhares de trabalhadores exatamente nas mesmas condições materiais-pessoais, e, precisamente, com a divisão progressiva do trabalho, relaciona os vários ramos entre si de maneira muito mais estreita; é requerida a completa penetração da economia monetária, que reduz completamente a contribuição pessoal ao seu valor em dinheiro; requer-se a elevação crescente do padrão de vida e sua incongruência com o salário para dar a acentuação decisiva ao momento do trabalho assalariado como tal (Simmel 1992 [1908]: 493-494, trad. minha).

Sem dúvida, Marx teria subscrito essas afirmações. Pois, no que se refere ao desenvolvimento industrial e à humildade das condições de vida dos trabalhadores, ele afirma em seu famoso *Manifest* (Marx & Engels 1972 [1848]: 470, trad. minha) que “os interesses e as situações vitais do proletariado equiparam-se cada vez mais na medida em que o maquinário borra gradativa-

mente as diferenças do trabalho e pressiona os salários, quase em toda parte, a um nível igualmente baixo”. Além disso, Marx e Simmel – e isto se torna um problema central em *Philosophie des Geldes* – encontram no dinheiro e na despersonalização uma característica das relações sociais modernas. Nesse sentido, Marx também diz que a burguesia “despiu impiedosamente os fortes laços feudais que ligavam as pessoas a seus superiores naturais e não permitiu que subsistisse nenhum outro vínculo entre uma pessoa e outra além do interesse nu, do insensível ‘pagamento em dinheiro’” (Marx & Engels 1972 [1848]: 464, trad. minha). Voltaremos a este tópico mais adiante.

De resto, para Marx, não existem classes sociais se estas não são expressas politicamente, porque, como lemos em *Das Elend der Philosophie*, “a luta de classes contra a classe é uma luta política” (1972 [1847]: 181, trad. minha). Por sua vez, também em Simmel a formação de trabalhadores como um grupo tem conotações políticas, especificamente no plano jurídico (conquista do direito à proteção do trabalho, seguro de emprego, etc.) e nas formas de protesto (greve geral) mas, enquanto na abordagem marxista uma peça teórica fundamental consiste em que o Estado é funcional para o domínio de classe – em outras palavras, “a administração estatal moderna é apenas um comitê que gerencia os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx & Engels 1972 [1848]: 464) –, não encontramos na abordagem simmeliana uma análise da relação entre a estatalidade e a estratificação.

Agora, a originalidade da abordagem de Simmel está em conceber esses agrupamentos hierárquicos como o surgimento

de um tipo de mentalidade ou cultura moderna, a saber: a “consciência abstrata”.

Acima, foi mencionado que a formação dos círculos que ligam todos os trabalhadores, por um lado, e a totalidade dos empresários, por outro, requer o pôr entre parêntesis das diferenças concretas nesses conjuntos sociais. De acordo com a interpretação de Watier (2003: 83-84), isso se conecta com a moderna “intelectualização” ou, como Simmel (1903: 2) coloca em suas análises das grandes cidades, o “domínio do entendimento” (*Verstandesherrschaft*), isto é, o avanço do racionalismo que trata os homens e as coisas de uma maneira puramente objetiva, deixando de lado suas notas qualitativas.

Com uma nuance um tanto diferente, em sua “sociologia dos sentidos” Simmel (1992 [1908]: 722-742) retorna a essa abordagem do tipo de mentalidade envolvida na formação de trabalhadores e empresários como grupos. Ali argumenta que, comparativamente, a visão é definida pela captura do “ser” (*Sein*), isto é, o permanente, invariável e geral, enquanto que o ouvido captura o variável e particular, ou seja, o “devenir” (*Werden*). Segundo Simmel, essa característica dos sentidos dá lugar, em cada caso, a configurações sociológicas muito diferentes. Deste modo, “a produção imediata de formas sociais muito abstratas e não específicas será grandemente favorecida [...] pela proximidade visual e falta de proximidade auditiva. Esta constelação [...] propiciou em grande medida o surgimento do conceito moderno de ‘trabalhador’” (Simmel 1992 [1908]: 732, trad. minha). A esse respeito, Simmel observa que nas corporações de ofício medievais as relações interpessoais eram muito mais foca-

das no tratamento direto e íntimo do que nas grandes fábricas modernas: “Aqui, pela primeira vez, onde se vê uma infinidade de outros sem ouvi-los, consuma-se aquela abstração elevada do que é comum a todos eles, o que, muitas vezes, é impedido em seu desenvolvimento pelo individual, concreto e variável que nos é facilitado pelo ouvido” (Simmel 1992 [1908]: 733, trad. minha).

Voltando ao contraponto com Marx, a abordagem de Simmel dos estratos sociais é consistente com o elo de complementação com o materialismo histórico que ele propõe no “Prefácio” de *Philosophie des Geldes*. A ênfase no racionalismo e na primazia da visão, enfim, a moderna “cultura espiritual”, considera os fenômenos econômicos como “o resultado de avaliações e tendências mais profundas, pré-condições psicológicas e até mesmo metafísicas” (Simmel 1989b [1900]: 13, trad. minha). Trata-se do corretivo que o sociólogo aplica às leituras enviesadas, mecanicistas ou economicistas do marxismo. Em outras palavras, para Simmel o econômico e o cultural estão em uma “infinita reciprocidade”, onde não há determinação em última instância.

Recapitulando, se na seção anterior revisamos aspectos específicos em que o problema da diferenciação segue um caminho oposto ao da desigualdade, aqui fica claro que o contraste social entre trabalhadores e empresários é o produto de um modo de constituição dos círculos sociais típico da diferenciação moderna de papéis. Nesta ambiguidade oscila a abordagem simmeliana da estratificação: a antítese e a conciliação dos polos diferenciação-desigualdade. Da mesma forma, são especificados pontos de contato entre Marx e Simmel, mas também a nota dis-

tintiva da abordagem proposta por este último. Pode-se dizer que empresários e trabalhadores, como coletivos humanos abstratos, são a expressão de uma mentalidade ou cultura moderna. Essa cultura é definida pelo avanço do racionalismo e pela primazia da visão sobre os outros sentidos. Assim, a característica específica da abordagem das assimetrias sociais que emerge da sociologia de Simmel é abordar a estratificação de um ponto de vista cultural, que ganha profundidade em seu foco sobre a moda e ao acesso desigual à cultura; perspectiva que prefigura, em certos aspectos, o projeto sociológico de Bourdieu.

Para aprofundar essa interpretação, resta desenvolver a outra direção da teoria da diferenciação simmeliana, ou seja, a autonomização de esferas ou ordens sociais tomando como exemplo a economia monetária. Então, a partir de agora, o tema do “entrecruzamento” será deixado em segundo plano, mas apenas para retomar, a partir de uma base teórica mais firme, nossa proposta em torno da abordagem cultural das classificações sociais.

2. Diferenciação de ordens sociais

No capítulo conclusivo de *Über soziale Differenzierung*, Simmel afirma que “o dinheiro resulta de um processo de diferenciação” e agrega que

o valor da troca das coisas, de uma qualidade ou função, que ganham junto a seus outros atributos, deve ser separado destas e tornar-se algo autônomo na consciência antes que ocorra a associação do atributo comum das

coisas mais diversas em um símbolo que está acima de todas (1989a [1890]: 266, trad. minha).

Essa perspectiva recebe mais atenção na *Philosophie des Geldes*, onde Simmel expõe – especialmente no capítulo III, intitulado “Dinheiro na série teleológica” – como o dinheiro se torna, na modernidade, um fim em si mesmo.

A partir daí, com conceitos retirados da teoria dos sistemas sociais, Thomas Kron (2014: 111) argumenta que neste trabalho há uma proposição sobre “diferenciação funcional”. Assim, ele afirma que “através do meio dinheiro chega-se a uma autonomização dos processos sociais em virtude da ‘inversão’ do meio e do fim” (Kron 2014: 111, trad. minha). De sua parte, Schimank (1996: 11), que também recupera noções da teoria de Luhmann, inclui Simmel entre os pensadores que se concentram na “diferenciação de sistemas parciais” como economia, a política, a arte, etc. De acordo com Kron, Schimank propõe que, ao tornar-se tão dominante no capitalismo, o dinheiro desloca o propósito original de satisfazer as necessidades e, com essa “inversão”, “o desejo de lucro, enquanto uma orientação valorativa específica da ação econômica, difere de qualquer outra orientação valorativa” (Schimank 1996: 75, trad. minha).

O capítulo V da *Philosophie des Geldes*, intitulado “O equivalente monetário dos valores pessoais”, mostra essa diversificação de critérios entre a economia e outras esferas sociais. Vamos nos concentrar agora nessas análises de Simmel para dar conta de seu foco na diferenciação de esferas.

2.1. *Economia monetária e assimetrias sociais*

A abordagem simmeliana da separação dos valores pessoais e dos valores econômicos evidencia dois aspectos que é preciso destacar: em primeiro lugar que, como vimos, apoiando-se no dinheiro, a economia é na modernidade autonomizada diante de outros tipos de vínculos sociais, como os da intimidade e da política; em segundo lugar, que esse processo, que é paralelo ao da diferenciação de papéis e contribui para a individualização, faz com que a pessoa e o dinheiro acabem sendo incomensuráveis.

Antes da modernidade, por um lado, não há distinção entre a pessoa e o coletivo; por outro lado, o dinheiro carece de validade geral, abrange apenas um escopo limitado do intercâmbio de objetos, tem um caráter específico e não tão abstrato. Nessas circunstâncias, os valores econômicos e os pessoais podem se sobrepor, resultando o dinheiro adequado como equivalente a objetos únicos como a vida humana. Entre os exemplos que Simmel oferece estão a compra de mulheres e a expiação do homicídio por meio de dinheiro. Assim, “enquanto, por um lado, a personalidade ainda está afundada no tipo geral e, por outro lado, o dinheiro ainda não se generalizou no sentido da completa ausência de coloração, ambos se encontram próximos” (Simmel 1989b [1900]: 504, trad. minha). Inversamente, na modernidade, os valores pessoais tornam-se cada vez mais particulares, enquanto o dinheiro se torna equivalente de um maior número de objetos; como aponta Simmel, ele se torna mais carente de “caráter”, não podendo servir para a equiparação do excepcional, qualitativamente determinado, ou seja, a individualidade.

De modo sucinto, podemos distinguir as seguintes combinações entre os valores pessoais e o dinheiro (Quadro 1). A última coluna caracteriza a modernidade (M), ao passo que a anterior caracteriza o dinheiro e o homem pré-modernos (PM):

	<i>PM</i>	<i>M</i>
Dinheiro	Intercâmbios limitados	Intercâmbios gerais
Valores pessoais	Identificação com o coletivo	Unicidade e autodeterminação
Valores pessoais / Dinheiro	Equivalência	Discrepância

Quadro 1. Dinheiro e valores pessoais

O resultado do processo que esse quadro mostra é a autonomização da economia diante de outras ordens sociais. Ilustrativo disso é a análise de Simmel sobre a prostituição e o suborno. Esses fenômenos mostram que a economia e as relações íntimas, no primeiro caso, bem como a política, no segundo, funcionam com critérios autônomos: o contato de valores pessoais diferenciados com um dinheiro que serve para todos os tipos de intercâmbio, segundo Simmel, leva a que o nexos social em questão, bem como as pessoas envolvidas nele, seja degradado a “puro meio”.

Além dos exemplos mencionados pelo sociólogo, a partir da autonomização das ordens sociais explica-se uma porção substancial da agenda moral da atualidade. A incomensurabilidade do dinheiro e da pessoa está na base da condenação da venda de órgãos, da compra de crianças, do uso de trabalho

escravo em oficinas clandestinas de fabricação de roupas na Ásia, na América Latina, etc. Em todos estes casos, a redução do ser humano a uma quantidade de dinheiro é objetável.

Conectando agora esses processos de diferenciação com a diferenciação de papéis, Schimank (1996) argumenta que ambas as tendências contribuem para a individualização; de fato, em colaboração com o “entrecruzamento”, “o dinheiro aumenta a autodeterminação do indivíduo como liberdade de escolha institucionalizada. A ‘falta de caráter’ e o ‘potencial puro’ do dinheiro fortalecem a independência [...] Quase tudo pode ser comprado e, com isso, enquanto o dinheiro necessário estiver disponível, [tudo] se torna acessível” (Schimank 1996: 75, trad. minha). O dinheiro aumenta a liberdade do indivíduo, mesmo que seja apenas na forma de uma “liberdade de”, em vez de uma “liberdade para”; em outras palavras, uma “liberdade negativa”, em vez de uma “liberdade positiva”, dotada de direção ou conteúdo.

Por enquanto, basta mencionar que, na outra margem do processo de autonomização da economia, Simmel encontra a autodeterminação e a unicidade do indivíduo, isto é, seres humanos diferenciados – mas o que acontece nesse campo com as desigualdades?

O processo aqui observado é semelhante ao observado no contexto do “entrecruzamento” dos círculos: a atribuição de *status* torna-se cada vez mais individualizada, a estratificação pré-moderna se dissolve e as assimetrias sociais tornam-se muito mais sutis e confusas do que se poderia supor a partir de uma análise que delimita claramente uma série de agrupamentos de

status. O dinheiro nivela as hierarquias ao integrar as desigualdades numa série quantitativa e contínua de rendimentos, sem delimitações claras entre estratos.

Essa configuração de desigualdades se expressa, por exemplo, nas dificuldades encontradas pelo ideal aristocrático de elegância para penetrar na modernidade como uma posição social distinta em face da população em geral. A esse respeito, *Philosophie des Geldes* diz que “o infinito escalonamento quantitativo da posse monetária provoca que haja transições entre os escalões e desvaneça a determinação formal das classes distinguidas que não podem subsistir sem a firmeza dos limites” (Simmel 1989b [1900]: 464, trad. minha).

Consequências idênticas tem a monetização da propriedade em outras áreas, por exemplo, o estado de direito. Assim, no capítulo IV de *Philosophie des Geldes*, dedicado ao tema da liberdade individual, Simmel (1989b [1900]: 428-429) aponta que, no estado de direito, a igualdade perante a lei supõe que “ter” (*Haben*) não define mais o “ser” (*Sein*), isto é, a propriedade da terra deixa de outorgar privilégios legais.

O mesmo acontece com a evolução das políticas fiscais: os impostos são cada vez mais adaptados a uma escala que não é definida por agrupamentos hierárquicos, mas baseada na renda individual.

E o mesmo vale para o ideal do “preço justo”, que, pelo menos potencialmente, encontra no dinheiro a possibilidade de determinar preços além dos aspectos econômicos supraindividuais, isto é, atendendo a situações particulares. Como destaca

Simmel, o “sistema de preços desiguais, consistente com os recursos dos consumidores, foi declarado como o remédio universal da política social” (1989b [1900]: 426, trad. minha).

É certo que, apesar das aparências, Simmel concorda com Marx neste ponto. Como Duek e Inda (2017: 165) apontam, “para o marxismo não é a magnitude da renda recebida ou o tipo de renda (salário, renda, benefício, etc.) que constitui o fator determinante que divide as classes, mas o lugar na produção”. Nesse sentido, não é errado afirmar que, vista a partir do volume de renda de seus membros, uma população constitui apenas um conjunto de situações individuais assimétricas e não coletivos díspares. O contraste com Marx consiste no peso que a troca monetária tem na análise de cada um. De fato, Simmel presta muito mais atenção ao dinheiro do que à produção em sua abordagem da economia e essa é a razão pela qual os indivíduos adquirem, na sua visão, mais relevância do que os estratos sociais.

Voltando ao fio das reflexões, um aspecto adicional do caráter equalizador da economia monetária tem a ver com a impossibilidade de barrar o acesso ao dinheiro a grupos sociais que, de resto, estão socialmente excluídos, situação que se constata com “os liberados em Roma, os huguenotes na França e os judeus em todo o mundo” (Simmel 1989c [1889]: 61, trad. minha).

Para concluir esta parte do texto, vou me referir a uma consequência da moderna economia monetária que nada tem a ver com a individualização das desigualdades, mas com a transformação das relações entre os grupos hierárquicos.

De fato, Simmel considera que a estratificação deixou de ter a forma piramidal tradicional, na qual apenas os grupos no topo se beneficiam do trabalho dos que estão abaixo. Como se lê em “O estilo de vida”, capítulo final de *Philosophie des Geldes*,

O grande químico que reflete em seu laboratório sobre a produção de pigmentos trabalha para o camponês que compra o cachecol mais colorido do lojista; quando o grande comerciante, por meio da especulação mundial, importa cereais norte-americanos para a Alemanha, ele é o servo dos proletários mais pobres; a empresa de uma fábrica de fiação de algodão na qual trabalham inteligências de alto nível depende de clientes dos estratos mais baixos. Essa circulação invertida dos serviços, em que as classes mais baixas compram o trabalho dos superiores, está presente em inúmeros exemplos que definem a totalidade de nossa vida cultural (Simmel 1989b [1900]: 635, trad. minha).

No lugar do modelo estratificador convencional, onde o ápice explora as bases, Simmel descreve uma relação circular entre estratos sociais, na qual, via dinheiro, tudo se faz acessível e os grupos inferiores se beneficiam dos superiores.

Ora, a ideia de uma hierarquia social implica a possibilidade de indicar claramente quais grupos de uma população são prejudicados e quais são favorecidos na distribuição de recompensas e sacrifícios. Se as relações entre grupos são circulares, questiona-se se existe uma hierarquia e até relações assimétricas entre elas.

Em suma, se com o “entrecruzamento” nos referimos à pluralização de hierarquias e ao contraste entre agrupamentos concêntricos (estratificação) e paralelos (diferenciação), vemos

agora que as assimetrias sociais não só se tornam cada vez mais individuais, mas também as relações entre estratos emaranham-se de tal forma que coloca em xeque as hierarquias unidirecionais.

Conseqüentemente, o dualismo diferenciação-desigualdade ganha terreno a partir deste outro ângulo: a autonomização da economia monetária não permitiria entender as assimetrias sociais em termos de estratificação, tornando a análise da desigualdade diluída na circularidade e nas infinitas situações individuais.

Mesmo assim, foi mencionado acima que Simmel, na linha de Marx, dá um lugar proeminente ao dinheiro no surgimento do proletariado. No que segue, vamos nos aprofundar neste ponto.

2.2. Dinheiro e proletarização

Philosophie des Geldes, coerentemente com a complementação do materialismo histórico que esta obra propõe, enfatiza o lado subjetivo da estratificação social. Assim, Simmel mostra como a passagem das relações pessoais para relações impessoais, por meio do dinheiro, tem repercussões no problema da liberdade. Nesse sentido, identifica diferentes graus de liberdade na situação do camponês feudal. A distinção que deve ser enfatizada é aquela entre o pagamento de obrigações em espécie e em dinheiro, ainda que no primeiro caso a totalidade da pessoa do camponês não seja comprometida, mas os produtos do trabalho: “o senhor feudal que pode exigir de seu camponês uma quantidade de cerveja, aves ou mel, fixa rigidamente a orientação de

sua atividade” (Simmel 1989b [1900]: 378, trad. minha). Pelo contrário, “a diminuição e, finalmente, o completo desaparecimento dos serviços e oferendas do camponês, percorreu o caminho da transformação em pagamentos em dinheiro” (Simmel 1989b [1900]: 380, trad. minha). Então, essa liberação que supõe a despersonalização dos vínculos entre grupos sociais desiguais requer um dinheiro carente de “caráter”, que deixa de fora a subjetividade dos agentes econômicos, ou seja, requer uma esfera econômica diferenciada onde toda mistura com aspectos extraeconômicas são reduzidas ao mínimo. Nesse ponto convergem, então, as problemáticas da diferenciação com as da estratificação.

Esse elo entre as duas linhas de pesquisa adquire ainda outro significado se enfocarmos a gênese do capitalismo: é o dinheiro abstrato, carente de qualidades, o equivalente universal dos objetos, que transforma o camponês em proletário. Este é o outro lado do que Simmel chama de “liberdade negativa”, entendida como falta de laços sociais, sem conteúdo e diretrizes precisas: “A redução da propriedade da terra ao mero valor monetário empurra [...] [o camponês] no caminho do proletariado” (Simmel 1989b [1900]: 549, trad. minha). Consequentemente, a diferenciação de uma esfera econômica baseada no dinheiro, e apenas no dinheiro, é central para essa transição que estrutura a desigualdade moderna entre burgueses e proletários ou, usando a terminologia simmeliana, o círculo dos “trabalhadores” e o dos “empresários”.

Dito isso, na última parte deste artigo vamos nos concentrar na relação entre a autonomização da economia e a dimensão cultural da estratificação da sociedade moderna.

2.3. Simmel como antecessor de Bourdieu: a analogia entre cultura e dinheiro

Analizamos anteriormente os nós teóricos nos quais a pesquisa sobre diferenciação coincide e diverge em relação à questão da estratificação. No entanto, sempre que foi feita referência aos agrupamentos hierárquicos, o ponto de vista era principalmente econômico. Como já foi dito, a ênfase singular da visão simmeliana – esta é nossa hipótese – é tratar a estratificação a partir de uma perspectiva cultural. Nesse sentido, Simmel adianta elementos que posteriormente serão retomados e aprofundados sob a pena de Bourdieu: de um lado, enfoca a cultura estabelecendo analogias com o dinheiro e prefigura o conceito de “capital cultural”; de outro, Simmel observa a moda como uma plataforma para a expressão de assimetrias sociais, que tem certa familiaridade com o problema do gosto, um assunto caro à sociologia de Bourdieu.

Usando o contraponto com o sociólogo francês, tentarei explicar essas arestas da abordagem de Simmel e como elas se encaixam na autonomização da economia monetária.

A este respeito, Hyun-Suk Kim-Heinrich, no único trabalho extenso que temos disponível no conjunto Simmel-Bourdieu, salienta que, tanto na perspectiva de um como do outro, a “retroalimentação” (*Rückkopplung*) da cultura com a estrutura social “põe em dúvida a validade das teorias sociais economicistas tra-

dicionais baseadas no marxismo” (Kim-Heinrich 2012: 155, trad. minha). Em contrapartida, ambos os sociólogos convergem na “busca de *uma nova fonte de certeza de distinção* na sociedade de massas moderna, caracterizada pelo nivelamento das diferenças estamentais de *status*” (Kim-Heinrich 2012: 156, trad. minha, *sublinhado no original*). Essa exploração comum a Simmel e Bourdieu culmina na interpretação da cultura como esfera de produção e reprodução das assimetrias entre agrupamentos de *status*.

Simmel considera que a moda é um fator de estratificação social. Como lemos em seu famoso ensaio sobre esse fenômeno, “as modas são sempre modas de classe, de modo que as modas da classe alta diferem das da classe baixa e são abandonadas no momento em que a última começa a ter acesso a elas” (Simmel 2002a [1911]: 45). Especificamente, a moda torna coeso o topo da pirâmide social e o contrapõe àqueles que não pertencem a ele: “Unir e diferenciar são as duas funções básicas que são inextricavelmente combinadas aqui” (Simmel 2002a [1911]: 45).

Nos mesmos termos, Bourdieu se refere ao tema do gosto, que “une e separa; sendo um produto de condicionamentos associados a um tipo particular de condições de existência, ele une todos aqueles que são o produto de condições similares, mas distinguindo-os de todos os outros” (1998 [1979]: 53).

Em suma, Simmel e Bourdieu concordam com uma teoria do *trickle-down* (Kim-Heinrich 2012: 172-176): a partir do topo da estratificação, o consumo cultural é difundido entre a população geral que imita a estratos superiores. No entanto, em razão do conceito de cultura que cada um formula, a análise da relação

entre cultura e hierarquias adquire diferentes colorações em suas abordagens.

A preocupação central de Simmel é que o indivíduo não acabe sendo devorado pela objetividade do dinheiro e pela crescente racionalização. Em comparação com outros objetos produzidos pelo homem, ele descobre que na obra de arte a divisão do trabalho não está presente – o que era verdade para o período de seu tempo – e, conseqüentemente, a subjetividade é refletida, em uma equação de 1 a 1, no objeto que cria; em outras palavras, a arte evita a “tragédia da cultura” (Simmel 2002b [1911]), isto é, a separação entre “cultura objetiva” e “cultura subjetiva”. Com base nisso, a análise dos consumos culturais que Simmel desenha em suas reflexões sobre a moda limita-se a objetos culturais cotidianos, como o vestuário, por exemplo, mas não inclui a arte. Pelo contrário, Bourdieu considera que toda forma de cultura implica dominação e desigualdade. É por isso que o autor francês aplica ao “sentido estético” o mesmo tipo de leitura que a fenômenos como alimentação, móveis, etc., âmbitos nos quais contrasta os gostos “legítimo”, “médio” e “popular”.

Feita essa ressalva, existe outro eixo de contato entre Simmel e Bourdieu. O primeiro estabelece uma comparação entre dinheiro e cultura que, sem dúvida, pode ser considerada uma formulação embrionária do conceito bourdieusiano de “capital cultural”.

A este respeito, Simmel assinala em *Philosophie des Geldes* que a “acumulação de características intelectuais [...] encontra sua analogia na acumulação de capital monetário”, enquanto a facilidade com que o dinheiro se multiplica “corresponde à estru-

tura do conhecimento no mundo cultural, que, a partir de certo ponto, exige do indivíduo cada vez menos trabalho de aquisição” (1989b [1900]: 610, trad. minha). Além disso, Simmel observa que esta relação entre as condições de partida e as vantagens subsequentes é testemunhada no campo da educação. Como se vê, a proximidade com Bourdieu é notável:

A aparente igualdade com que o conteúdo educacional [*Bildungsstoff*] é oferecido a quem quiser empunhá-lo é, na verdade, uma burla sangrenta, precisamente como outras liberdades das teorias liberais que, sem dúvida, não impedem o indivíduo de obter bens de todos os tipos, mas ignoram que somente aqueles que já são favorecidos por qualquer circunstância têm a possibilidade de se apropriar deles (Simmel 1989b [1900]: 606, trad. minha).

A partir desta comparação entre dinheiro e cultura ou, mais especificamente, educação, não é difícil ver a marca de Simmel nas investigações de Bourdieu que questionam a suposta igualdade de oportunidades no complexo mundo da educação, para explicitar a transmissão hereditária do “capital cultural” ou, em outras palavras, “o fato de o desempenho educacional da ação educativa depender do capital cultural previamente investido pela família” (Bourdieu 2001 [1983]: 138).

Por outro lado, mesmo que a perspectiva de Simmel não apresente a sutileza analítica de Bourdieu (2001 [1983]: 139-148), com distinções como “capital cultural incorporado”, “objetivado” e “institucionalizado”, não escapa ao berlinense que, para além das analogias, a acumulação da cultura evidencia uma radical diferença frente à acumulação econômica:

Como o conteúdo do ensino – apesar de sua acessibilidade geral ou em virtude dela – só [...] pode ser apropriado pela atividade individual, engendra a aristocracia que menos pode ser atacada, porque é a mais intocável; engendra uma distinção entre o alto e o baixo que, diferentemente da existente em termos econômicos e sociais, não pode ser apagada por decreto ou revolução... (Simmel 1989b [1900]: 606, trad. minha).

Assim, Simmel provavelmente não teria discordado de Bourdieu (2001 [1983]: 139) quando este afirma que “capital cultural” “está fundamentalmente ligado ao corpo e pressupõe interiorização (incorporação)”. Em virtude dessa vinculação interna entre o homem e a cultura que ele absorve, as “revoluções” ou “decretos” carecem efeito quando se trata de dismantelar essas desigualdades.

Feita a comparação entre Simmel e Bourdieu, resta apenas indicar como a análise culturalista da estratificação que esbocei se enlaça com o tratamento da diferenciação da esfera econômica apresentada mais acima.

Em primeiro lugar, deve-se notar que a lógica acumulativa do capital monetário, em que toda soma de dinheiro é o trampolim para outra maior, em outras palavras, a transformação do dinheiro em um fim *per se* e a autonomização do econômico servem a Simmel para evidenciar uma dinâmica semelhante à apropriação dos bens culturais. Neste caso, o nexo entre o foco da diferenciação da esfera econômica, por um lado, e a desigualdade entre estratos com base nos consumos culturais, por outro, é a analogia, recurso metodológico habitual no pensamento sociológico de Simmel.

Em segundo lugar, é um dinheiro “carente de caráter”, um meio de troca por excelência, que torna tudo acessível e que dá origem, diante da difusão da moda entre os grupos mais desfavorecidos, à busca permanente de distinção por parte dos setores que estão no topo do espectro social. Seguindo Werner Jung, a estratificação moderna está impregnada do “nervosismo” que define a vida moderna:

A modernidade é nervosa [...] porque a estrutura social se estremeceu, porque as barreiras estamentais foram abolidas e as situações de classe, presumivelmente estáveis, tornaram-se instáveis [...] As modas são modas de classe, diz Simmel, e afirma, além disso, que, dado que há cada vez mais homens que querem entrar na moda e outros que, diante da *misera plebs* que ameaça *ante portas*, buscam salvar sua exclusividade, as modas estão subordinadas a constantes mudanças e reconfigurações (Jung 1999: 164, trad. minha).

Nesse sentido, se a teoria de Marx mostrou uma sociedade que, impulsionada pela luta de classes, estava em processo de transformação revolucionária, a que Simmel observa apresenta um dinamismo exacerbado, mas isso só leva a transformações cosméticas: a superfície se agita, mas a estrutura permanece incólume.

À guisa de conclusão

As páginas anteriores procuraram limitar o escopo da polaridade desigualdade-diferenciação, mostrando, em detalhe, com a lupa da exegese teórica, onde as duas linhas de pesquisa se desencontram e se interseccionam. Para isso, no entanto, acei-

tamos de modo acríptico um suposto básico do debate do qual partimos, a saber: que a desigualdade só poderia ser esquadri-nhada com a ajuda de uma análise dos estratos sociais. Assim, foi necessário fazer um esforço para mostrar que em Simmel há uma preocupação com essa questão e, além disso, que sua abordagem recupera aspectos da perspectiva de Marx e, ponderando os fatores culturais da estratificação, antecipa elementos da sociologia de Bourdieu.

	Desigualdades individuais	Desigualdades entre estratos
Diferenciação de papéis	– Pluralização de hierarquias	– Posição na estrutura econômica – “Conceito geral” de trabalhador e empresário como resultado da “consciência abstrata” (racionalização e primado da visualidade)
Diferenciação da economia	– Assimetria de ganhos monetários	– Despersonalização das relações sociais e proletarianização do campesinato (“liberdade negativa”) – Consumos culturais (coesão interna dos estratos superiores e distinção diante de outros estratos) – Analogia entre acumulação monetária e cultura

Quadro 2. Modalidades de diferenciação e desigualdade na sociologia de Simmel

Mesmo assim, como é detectado no percurso que este artigo traça, as desigualdades têm para Simmel um duplo suporte: os estratos, sem dúvida, mas também os indivíduos. Não negligenciar essa amplitude da perspectiva simmeliana é crucial.

Com efeito, teorias da estratificação costumam dar pouca relevância à noção de indivíduo para considerar exclusivamente dinâmicas macrosociais.

Para evitar esse viés, concluo esquematizando os elementos que na sociologia de Simmel definem as assimetrias entre os grupos e, por sua vez, as disparidades entre os indivíduos (Quadro 2). Ambos os níveis de análise adquirem seu sentido mediante o vínculo com as formas de diferenciação.

Data de publicação: 26/02/2019

Este artigo foi publicado anteriormente em espanhol na revista Estudios Sociológicos do Colegio de México, vol. XXXVI, n. 107, maio-agosto de 2018, com o título “Diferenciación y desigualdad: el problema de la estratificación social en Georg Simmel”. A tradução do espanhol ao português é de Nicholas D. B. Rauschenberg.

Referências

- BOURDIEU, P. *La distinción: Criterio y bases sociales del gusto*. Trad. M. C. R. Elvira. Madrid: Taurus, 1989 [1979].
- _____. “Las formas del capital. Capital económico, capital cultural y capital social”. In: *Poder, derecho y clases sociales*. Trad. M. J. B. Beneitez. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001 [1983], p. 131-164.

- CANTÓ MILÀ, N. *A Sociological Theory of Value: Georg Simmel's Sociological Relationism*. Bielefeld: Transcript, 2005.
- DUEK, C. & INDA, G. "Lecturas de Marx: Tras el concepto de clases sociales". *Theorein: Revista de Ciencias Sociales* 1 (1), p. 145-178, 2017.
- DURKHEIM, É. *La división del trabajo social*. Trad. C. G. Posada. Madrid: Akal, 1995 [1893].
- ELIAS, N. "Zur Grundlegung einer Theorie sozialer Prozesse". *Zeitschrift für Soziologie* 27 (2), p. 127-149, 1977.
- FITZI, G. "Die Absicht, dem historischen Materialismus ein Stockwerk unterzubauen': Zur Beziehung von Simmel zu Marx". In: O. Rammstedt, C. Papilloud, N. Cantó Milà, C. Rol (orgs.). *Georg Simmels Philosophie des Geldes*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 2003, p. 215-242.
- JUNG, W. "Vom Tempo und den Moden. Kultur-und gesellschaftskritische Aspekte in Georg Simmels Philosophie". In: R. Elm, K. Köchy, M. Meyer (orgs.). *Hermeneutik des Lebens: Potentiale des Lebensbegriffs in der Krise der Moderne*. München: Karl Alber, 1999, p. 155-171.
- JUNGE, M. *Georg Simmel kompakt*. Bielefeld: Transcript, 2009.
- KIM-HEINRICH, H.-S. *Lebensstil und Ästhetik in der Kulturtheorie Georg Simmels: Theoretische Beiträge zur Auseinandersetzung mit der Kultursoziologie Pierre Bourdieu*. Tese (Doutorado em Sociologia). Bielefeld: Universität Bielefeld, 2012.
- KRON, T. "Soziale Hybridität: Simmel und die Differenzierungstheorie". In: S. Farzin, H. Laux (orgs.). *Gründungsszenen soziologischer Theorie*. Wiesbaden: VS Springer, 2014, p. 109-120.

- LUHMANN, N. *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1997.
- MARX, K. “Das Elend der Philosophie”. In: K. Marx, F. Engels. *Werke* 4. Berlin: Dietz, 1972 [1847], p. 63-182.
- MARX, K. & ENGELS, F. “Manifest der kommunistischen Partei”. In: *Werke* 4. Berlin: Dietz, 1972 [1848], p. 459-493.
- PARSONS, T. *El sistema social*. Trad. J. J. Blanco, J. C. Pérez. Madrid: Alianza, 1976 [1951].
- SCHIMANK, U. *Theorie gesellschaftlicher Differenzierung*. Stuttgart: UTW, 1996.
- SCHWINN, T. *Soziale Ungleichheit*. Bielefeld: Transcript, 2007.
- SIMMEL, G. “Die Großstädte und das Geistesleben”. In: T. Petermann (org.). *Die Großstadt: Vorträge und Aufsätze zur Städteausstellung*. Jahrbuch der Gehe-Stiftung zu Dresden, 1903, p. 185-206.
- _____. “Über soziale Differenzierung. Sociologische und psychologische Untersuchungen”. In: *Gesamtausgabe, Band 2: Aufsätze 1887-1890, Über soziale Differenzierung, Die Probleme der Geschichtsphilosophie (1892)* (org. H.-J. Dahme). Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1989a [1890], p. 109-295.
- _____. *Gesamtausgabe, Band 6: Philosophie des Geldes*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1989b [1900].
- _____. “Zur Psychologie des Geldes”. In: *Gesamtausgabe, Band 2: Aufsätze 1887-1890, Über soziale Differenzierung, Die Probleme der Geschichtsphilosophie (1892)* (org. H.-J. Dahme). Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1989c [1889], p. 49-65.

- _____. *Gesamtausgabe, Band 11: Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1992 [1908].
- _____. “La moda”. In: *Sobre la aventura: Ensayos de estética*. Trad. G. Muñoz, S. Mas. Barcelona: Península, 2002a [1911], p. 41-86.
- _____. “El concepto y la tragedia de la cultura”. In: *Sobre la aventura: Ensayos de estética*. Trad. G. Muñoz, S. Mas. Barcelona: Península, 2002b [1911], p. 317-361.
- SPENCER, H. *Principles of Sociology, vol. 1*. New York: Appleton & Company, 1898 [1876].
- TYRELL, H. “Anfrage an die Theorie der gesellschaftlichen Differenzierung”. *Zeitschrift für Soziologie* 7 (2), p. 175-193, 1978.
- WATIER, P. *Georg Simmel: Sociólogo*. Trad. E. Bernini. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.